

Instituição, Contexto e Dinâmica Criminal: um Estudo sobre Crime e Violência no Brasil
Democrático

Emmanuel Nunes de Oliveira (NUPPs-USP)

Resumo

Qual é o impacto do sistema político no nível criminal? Em consonância com a linha metodológica da pesquisa *Brasil, 25 Anos de Democracia - Sociedade, Direitos, Instituições e Políticas Públicas*, realizado pelo NUPPS-USP, este estudo pretende investigar a relação entre o perfil ideológico dos governadores estaduais e o nível de atividade criminal no Brasil.

A hipótese central do trabalho é que *políticas públicas eficientes e investimento no sistema de segurança desestruturam os mecanismos causais que vinculam as atividades antissociais à dinâmica criminal, independente dos fatores sociais e ambientais*. Sendo que a eficiência das políticas públicas é condicionada por um processo orientado pela influência de um conjunto de ideias, conhecido como referencial, que organiza a maneira pela qual os problemas e as soluções são vistos em uma determinada arena política. O sistema político democrático serve como canal de seleção dos referenciais em disputas, reforçando os que logram resultados positivos, descartando os negativos e apostando nos inovadores.

Para verificar a consistência de tal hipótese, foi empregada uma série de modelos de regressão para dados em painel, na qual a variável dependente foi a taxa de homicídio; a unidade temporal, o período de redemocratização do país, e a unidade espacial, os estados. A utilização de regressão para dados em painel permitiu o controle por fatores específicos e conjunturais de cada unidade geográfica, promovendo, com isso, indicadores robustos para as questões propostas.

O perfil ideológico do partido político do governado dos estados brasileiros foi utilizado como aproximação do tipo de referencial que estrutura a ação do Estado nos temas de segurança. Os resultados demonstraram que o perfil ideológico do partido do governador explica 12% da variação da dinâmica criminal dos estados. No entanto, quando se leva em conta o volume de investimento no sistema público de controle do crime, o perfil ideológico perde significância estatística. Este resultado indica que existe uma interação complexa entre o tipo de política pública e o investimento na área segurança, corroborando a hipótese central da pesquisa.

Palavras chaves: segurança pública, crime, violência, políticas públicas

Introdução

A violência é um dos principais problemas do Brasil. Entre os anos de 1983 e 2010, ocorreram 277.679 homicídios dolosos no estado de São Paulo, no mesmo período, 161.263 perderam a vida violentamente no estado do Rio de Janeiro, outras 93.489 em Pernambuco e 16.489, em Minas Gerais. No Brasil, foram assassinadas 1.047.319 pessoas, em 27 anos, segundo os dados do Ministério da Saúde (Datasus, 2008). Apesar de ser a face mais dramática, o problema não fica localizado apenas na questão da violência letal. A taxa de estupro por cem mil mulheres, em 2001, foi de 20,2 em São Paulo, 17,3 no Rio de Janeiro, 15,3 no Espírito Santo e 15,8 em Minas Gerais. Quanto aos crimes economicamente motivados, o quadro não é menos grave, 92,2 veículos foram roubados em dez mil, em São Paulo, 111,2 no Rio de Janeiro e 14,5 no Espírito Santo. Foram cerca de 490 roubos por cem mil habitantes, em São Paulo, 179 no Rio de Janeiro e quase mil no Espírito Santo (Musumeci e Soares, 2003). Estas são algumas evidências que atestam os impactos sociais mais diretos das atividades criminais. Porém, a dimensão humana não é a única questão que envolve os efeitos da criminalidade no Brasil.

Pesquisas demonstram que a proporção endêmica da dinâmica criminal no local de moradia dos cidadãos está negativamente correlacionada com a probabilidade de conseguir um emprego formal (Olsen e Castro, Carvalho e Young, 2004). Além disso, a presença de altas taxas de crime explica parte das desigualdades sociais internas aos municípios (Cano e Santos, 2001) e aumenta as desigualdades sociais entre os municípios brasileiros (Nunes de Oliveira, 2009). Além do crime e a violência colidirem com a estrutura econômica e social das comunidades, dos municípios e dos estados brasileiros, a dinâmica criminal é resultado da distribuição desigual dos recursos urbanos (Marques, Gonçalves e Saraiva, 2005) e atinge a população mais jovem, provocando perdas sociais e econômicas irreparáveis (Andrade e Lisboa, 2000). Esses fatores estão diretamente ligados ao funcionamento das demais instituições sociais (Hall e Taylor, 2003). Portanto, para além de suas consequências humanas e sociais, as falhas de controle da atividade criminal e do ato violento incidem negativamente diretamente em toda estrutura estatal e, conseqüentemente, no funcionamento do sistema político e no provimento de políticas públicas.

No entanto, a despeito dos efeitos deletérios sociais e políticos do fenômeno, são ainda esparsos as pesquisas sobre as políticas públicas de segurança (Beato, 1999). Entre os motivos para tal quadro estão a dificuldade ideológica dos pesquisadores abordarem a instituição responsável pelo controle do comportamento dos indivíduos; a associação das forças policiais ao regime não democrático vigente no Brasil no passado recente (1964-1985); a atuação ilegal e ilícita das forças policiais, mesmo com a retomada do regime democrático; a seletividade de classe social e racial, nas ações ilícitas das ações das forças policiais; a clara associação da questão segurança pública como um problema de desrespeito dos Direitos Civis e Direitos Humanos da população brasileira e o menosprezo dos pesquisadores por uma discussão mais técnica sobre o sistema de segurança pública e de controle da atividade criminal e da violência.

A grande maioria das pesquisas sobre o tema, ora apresentam o sistema de segurança pública com uma expressão da baixa qualidade do regime político brasileiro ora colocam o problema como resultado da nossa história social e cultural. Ou seja, praticamente não encontramos uma discussão sobre a influência do arcabouço institucional e político na qualidade do serviço público prestado pelo Estado no controle do crime.

A proposta da agenda de pesquisa, na qual este trabalho se insere, reside em ampliar o escopo analítico dos estudos de políticas públicas de controle do comportamento antissocial ao defender uma abordagem mais complexa sobre o papel que as ideias exercem no desenho das políticas públicas. Nesse sentido, busca-se responder as seguintes perguntas teóricas. Qual é a importância dos diferentes referenciais cognitivos, que determinam a ação do governo, na qualidade do fornecimento de políticas públicas no controle das atividades antissociais?

A premissa básica da pesquisa está calcada na hipótese de que os diferentes tipos de desenho de políticas públicas de segurança estão associados ao contexto sócio-político e à cultura da população que recebe o serviço prestado pelas instituições públicas. Ou seja, mais do que uma variável interveniente da qualidade do serviço prestado pelo Estado, o perfil do governo, interagindo com fatores estruturais, determina em grande parte como as políticas são executadas e seus alcances.

Por “perfil do governo”, entende-se o conjunto de ideias que determinam o campo de percepção subjetiva onde os principais atores escolhem as estratégias públicas para solucionar os problemas sociais. Evidentemente os constrangimentos econômicos e institucionais delimitam o campo de ação dos atores. No entanto, mais do que a racionalidade imediata, as decisões são tomadas levando em conta fatores cognitivos e o meio ambiente social. Nesse sentido, o estoque de projetos políticos acumulados e as possíveis inovações propostas pela comunidade epistêmica de uma determinada área fornecem ao sistema político, também à população, os referenciais ideacionais necessários para tomada de decisão racional. Quando a população vota, ela está optando por diferentes projetos políticos. Os governantes, quando submetem seus programas de governos, estão realizando um ajuste fino entre seus próprios projetos e os interesses e anseios popular.

Em um sistema democrático consolidado, o período eleitoral funciona como instrumento de reforço das decisões positivas ou de punição dos comportamentos ineficientes. Se esta premissa for verdadeira, espera-se que as estratégias de políticas públicas eficazes sejam reconduzidas ao controle do estado ou funcionem de parâmetros de ajuste para os modelos rivais. O partido político desempenha uma papel fundamental neste processo. Como os atores envolvidos, políticos e eleitores, não possuem todas as informações requeridas para escolhas dos referenciais ideacionais mais eficazes, os partidos políticos, de um lado, funcionam como um atalho mental para tomada de decisão da população ao condensar o estoque de projetos políticos já realizados e organizar as inovações públicas. Na outra ponta, os partidos políticos delimitam o campo de escolha dos políticos, sejam por meio de processo de sociabilização, de identificação ideológica ou por estratégias eleitorais.

Em suma, por meio do perfil ideológico do partido que controla o governo é possível identificar parte do campo de referência que determina o tipo de política de segurança pública e como ela será executada. A outra parte é possível de ser captada pelo contexto social mais amplo, no qual a comunidade epistêmica e a cultura política operam.

Tais preposições teóricas foram formuladas no âmbito do projeto de pesquisa *Brasil, 25 Anos de Democracia - Sociedade, Direitos, Instituições e Políticas Públicas*, desenvolvido no Núcleo de Pesquisa de Política Pública da Universidade de São Paulo, financiado pela FAPESP, vinculado ao Programa PRONEX da Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo e do CNPq.

Para testá-la na área de segurança, foi construída uma base de dados com as informações sobre a dinâmica de segurança em todos os estados brasileiros, entre 1983 e 2010. Às informações sobre as taxas de homicídio, foram agregados dados sobre o sistema político, sobre o perfil econômico e social dos estados brasileiros. Regressões multivariadas dinâmicas para dados em painel aparecem como a principal estratégia de análise do material empírico do trabalho. A utilização desta estratégia analítica permitiu testar simultaneamente a influência do partido político do governador, da dinâmica criminal, do contexto social mais amplo e dos fatores específico de cada estado na taxa de homicídio.

O trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na primeira parte realizo uma breve discussão sobre a produção bibliográfica sobre o tema. O foco principal da seção está direcionada à identificação da origem intelectual dos diferentes projetos políticos de segurança coletiva em disputa no sistema político brasileiro. Na segunda parte, o modelo teórico e o conjunto de hipóteses que orienta a análise dos dados empíricos são formalizados. Defende-se a hipótese que a atividade criminal está relacionada a um conjunto de interação complexa entre o comportamento individual, principalmente no que se refere ao processo de formação racional da tomada de decisão, ao perfil institucional, compreendido pela capacidade do poder público de executar uma política que responda às necessidades da população e ao meio ambiente social ou cultura política, onde as decisões individuais são formadas e as instituições públicas estão inseridas. Na terceira seção, serão exibidas e analisadas as estatísticas descritivas das evidências empíricas. A seção subsequente é composta pela discussão sobre os modelos de regressão para dados em painel empregado para validar as preposições teóricas mobilizadas no trabalho.

Por fim, o artigo conclui que há evidências que corroboram com a hipótese central do trabalho. Apesar de a dinâmica da atividade criminal ter certa estabilidade no tempo, foram reunidas evidências que comprovam a importância do perfil do governo no controle do crime e da violência. O perfil do governo responde por 8% da variação média da taxa de homicídio, independente das características sociais e econômicas do estado. Sendo que os partidos de direita são mais eficazes na área do que os demais. Quando se considera a predisposição do governo estadual em investir no sistema segurança verifica-se uma interação complexa entre o tipo de política pública e o volume de investimento. Governos com maior investimento no sistema de

segurança pública são mais eficazes no controle do comportamento antissocial, independente de seu perfil ideológico.

Revisão bibliográfica e originalidade da proposta

Nas duas últimas décadas, a definição e a formulação de políticas públicas deixou de ser um subtema nos estudos da área de ciência política e passou a ser um campo analítico institucionalizado. Faria (2003) aponta cinco grandes vertentes analíticas nos estudos de políticas públicas: i) a institucional; ii) a interessada em perceber as formas de atuação e o impacto dos grupos e das redes; iii) a que reúne as abordagens com ênfase aos condicionamentos sociais e econômicos no processo de produção de políticas; iv) a teoria da escolha racional; e v) as abordagens que destacam o papel das ideias e do conhecimento no processo de produção de políticas. Partindo da divisão estabelecida por Faria, pretende-se nesta secção discutir em que sentido o conhecimento acumulado sobre o crime de violência pode determinar as diferentes formas de políticas públicas de controle da atividade criminal e do comportamento violento. Ou seja, de que maneira diferentes ideias e abordagens teóricas sobre o crime podem determinar as políticas públicas de segurança.

A premissa deste trabalho é que as ideias e os conhecimentos acadêmicos sobre política pública não são somente suporte justificatório do processo de formulação de política, mas também possui um papel central na construção do espectro de opções onde a escolha pública é realizada. Esse papel pode ser desempenhado pelos mecanismos de transferência de material humano para os cargos de comando no Estado, pela discussão pública sobre o tema e/ou pelo processo de formação da elite burocrática. Portanto, a produção de conhecimento apresenta impacto direto no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Sendo assim, para se compreender as políticas de segurança interna é necessário olhar para as principais teorias sobre o crime e a violência.

Os estudos sobre o crime e a violência têm se caracterizado por sua interdisciplinaridade. Como o crime é um fenômeno multicausal, onde estão envolvidos aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais e psicológicos. Os estudos que buscam entender o fenômeno se apropriam de diversas áreas do conhecimento para isolar as variáveis que julgam relevantes para explicar o fenômeno. Ou seja, além da diversidade metodológica, que caracteriza os estudos sobre políticas públicas, existe um forte viés disciplinar nas abordagens teóricas. Nesse sentido, os antropólogos destacam as variáveis culturais, os economistas preocupam-se com os aspectos econômicos, os sociólogos questionam-se sobre o papel das redes sociais e o impacto da sociabilização, os cientistas políticos voltam sua atenção para os constrangimentos institucionais na escolha da carreira criminal, tal como os juristas que focam nos mesmos constrangimentos, mas de uma perspectiva legal.

Dentro dessa babel disciplinar, teórica e metodológica, Henry e Einstadter (1998) apontam cinco grandes linhas teóricas sobre crime e violência: i) teoria clássica; ii) criminologia crítica; iii)

teoria racionalista; iv) teoria culturalista; e v) teoria ecológica. Cada um desses corpos teóricos destacam algumas das variáveis envolvidas na atividade criminal e no comportamento violento. E, a despeito dos diferentes tipos de operacionalização das variáveis que caracterizam as diversas ciências sociais, aparecem de forma pura ou combinada nos estudos modernos.

As primeiras tentativas de uma abordagem teórica sobre o crime e a violência ocorreram no final de século XVIII com os trabalhos de Beccaria e Lombroso (Beirne, 1998). Fortemente marcada pelo positivismo, a criminologia clássica entendia o crime e a violência como derivados das características biológicas do criminoso. A ênfase dos estudos pioneiros na área recaía, nesse sentido, na análise das variáveis relacionadas aos criminosos e à oportunidade de se cometer um crime. Como, segundo a teoria clássica, existem características biológicas inerentes aos indivíduos criminosos, a única saída para o controle do crime é diminuir as oportunidades que favorecem o delito. As políticas públicas desenhadas com base nesta aceção teórica sobre o crime valorizam as políticas repressivas e dissuasórias de controle da criminalidade e o monitoramento contínuo dos indivíduos com as potências características criminogênicas. A despeito dos questionamentos éticos e da superação epistemológica, os estudos clássicos sobre o crime com enfoque nas características biológicas do criminoso, ainda apresentam ressonância no debate público sobre o controle da criminalidade. E, não somente nas tentativas geneticistas atuais.

A escola criminológica racionalista contemporânea, que enxerga o crime como uma escolha baseada em cálculos racionais onde são avaliados os ganhos derivados da atividade ilícita, descontados os custos da ação, parte de pano de fundo meta-teórico distinto, mas apresenta a mesma solução em torno de políticas públicas de controle do crime.

A escola da escolha racional aparece no cenário teórico criminológico com o trabalho de Becker (1968). Neste trabalho, Becker desenvolve um modelo formal no qual o ato criminoso é derivado de uma avaliação racional em torno dos benefícios e dos custos esperados envolvidos, comparados aos resultados dos ganhos obtidos se o criminoso atuasse no mercado de trabalho legal (Cerqueira e Lobão, 2003). Caso o retorno financeiro da atividade ilícita, descontados os custos associados ao ato, for maior que os ganhos obtidos no mercado formal de trabalho, indivíduos racionais dispostos a maximizar seus ganhos cometerão crimes. Nesse sentido, as políticas públicas devem aumentar o custo da atividade ilícita, principalmente por meio de políticas repressivas ou dissuasórias, ou aumentar os ganhos no mercado formal de trabalho. Ou seja, aumenta-se a quantidade de polícia, a certeza da punição e o rigor da pena para controlar o crime ou aumenta-se salário e renda.

O principal problema da teoria da escolha racional sobre o crime é falta de clareza entre as diferenças dos crimes economicamente motivados daqueles que não são economicamente motivados. Mendonça, Loureiro e Shachsida (2003), no estudo realizado entre os detentos em uma penitenciária no Distrito Federal, apontam evidências de que os indivíduos que cometeram crimes não violentos fazem uma análise do tipo custo-benefício, conforme proposto pelo modelo da escolha racional. No entanto, o modelo teórico não se sustenta quanto aplicado entre aqueles que

cometeram crimes violentos e não economicamente motivados. Para esse tipo de caso estão associadas variáveis relacionadas à herança familiar e às características ambientais onde o infrator cresceu.

A teoria clássica e a teórica da escolha racional são fortemente criticadas pela criminologia crítica. Influenciada pela teoria marxista, os estudos com esse aporte teórico creditam a não distribuição equitativa dos recursos econômicos e simbólicos às causas do crime. Para essa linha de pesquisa, os crimes ocorrem porque uma parcela da população, ao se ver excluída do mercado de bens de consumo e bens simbólicos, recorre à atividade criminal como forma de reinserção social. Ou seja, o ato criminoso é uma resposta individual a violência estrutural da sociedade ou/e do Estado.

Atualmente, a teoria da privação relativa segue na mesma linha argumentativa, deslocando o foco metodológico das estruturas sociais para o comportamento individual, com a introdução do arcabouço metodológico da microeconomia. A agenda de pesquisa derivada da criminologia crítica é a que mais teve impacto na comunidade acadêmica nacional (Beato, 1999 e Zaluar, 2000). Políticas públicas de segurança com base neste tipo de concepção sobre crime privilegiam políticas sociais em detrimento de políticas repressivas e dissuasórias. Somente, a distribuição equitativa de bens de consumo e bens simbólicos pode resolver o problema do crime. Tal agenda de pesquisa apresenta o mesmo problema estrutural da teoria da escolha racional, pois não leva em conta a diferença entre o crime economicamente motivado e o crime que não possui motivação econômica.

Outra questão metodológica importante é a associação direta entre crime e pobreza. Torres, Marques, Ferreira e Bitar (2003), em pesquisa realizada no município de São Paulo, demonstram que os homicídios se distribuem de maneira desigual entre as comunidades com baixo nível socioeconômico. Beato (2001), em pesquisa realizada na capital do estado de Minas Gerais, aponta que a distribuição dos crimes violentos acompanha o comércio ilegal de drogas e não apresenta associação forte com o nível socioeconômico do bairro. Ou seja, se as variáveis relacionadas à exclusão social ou à privação relativa esgotassem os fatores de causação do crime e da violência, existiria uma distribuição uniforme de crime entre as comunidades, famílias ou pessoas que sofrem os mesmos processos macrosociais. No entanto, as evidências empíricas apontam no sentido oposto, o que coloca sérias limitações a este tipo de teoria.

Uma terceira ordem de problema refere-se à concepção e à formulação de política pública de segurança. Como a teoria destaca que os indivíduos que cometeram atos infracionais são produtos de uma sociedade injusta, os sistemas de segurança e de justiça são vistos como produtor, ou reprodutor, dos mecanismos de exclusão social. Por conseguinte, as políticas repressivas e dissuasórias são parte dos problemas sociais, e não desempenham papel relevante na construção de uma sociedade pacífica.

As teorias do aprendizado cultural (ou da interação social) e a teoria ecológica são algumas das principais tentativas de determinar os fatores relacionados ao crime e à violência fora de uma concepção biológica (teoria clássica) ou uma concepção monetária (teoria racionalista, teoria da

privação relativa e criminologia crítica). A teoria de aprendizado cultural expõe que o comportamento criminoso é resultado do processo de aprendizagem social. As experiências pessoais determinam o tipo de atitude frente às interações interpessoais. Nesse sentido, a família, os amigos, a comunidade possuem um papel central na formação de indivíduos mais ou menos violentos. As políticas públicas com base na teoria dirigem sua atenção para o processo educacional. A grande novidade é que as teorias interacionais possuem maior poder de explicação para os crimes onde a motivação econômica não é definida, sem perder de vista as especificidades das motivações racionais dos crimes motivados por interesse econômico. Mendonça, Loureiro e Shachsida (2003) apontam evidências consistentes de que o processo de formação individual está fortemente associado com a estrutura familiar e com o ambiente de origem daqueles que cometeram crimes violentos.

A teoria ecológica deriva dos trabalhos de sobre a influência da desorganização social no comportamento delinquente entre os jovens. Para esse corpo teórico, o tipo de sociabilização presente na comunidade explica o comportamento individual. Se a comunidade apresenta uma rede de sociabilidade sólida e estruturada, o efeito no comportamento individual será um, se existe desestruturação na rede de sociabilização, o efeito será outro. Ou seja, essas pesquisas trabalham com a hipótese de que a concentração da violência em determinadas áreas da cidade está associada com as características morfológicas e simbólicas dessas comunidades. As políticas públicas com base na teoria ecológica enfatizam a importância de uma intervenção estrutural nas comunidades com altos índices de violência. As intervenções devem melhorar a infraestrutura dos bairros, no nível estatal, e no nível social, visam à criação de capital social. Ou seja, as políticas públicas além de mexer na parte física, devem favorecer a interação e a sociabilidade no sentido de que a própria comunidade aumente o controle sobre comportamento dos indivíduos. A grande diferença entre a teoria interacional e a teoria ecológica é que a segunda incorpora uma dimensão supraindividual que não está presente na primeira. O problema da teoria ecológica é que ainda não existem evidências sobre o impacto das redes sociais no crime no Brasil.

Em suma, é possível identificar cinco tipos distintos de políticas públicas na área de segurança no cenário brasileiro no Brasil: i) políticas dissuasórias e repressivas de segurança pública; ii) políticas “ambientais” de segurança pública iii) políticas “sociais” de segurança pública e iv) políticas “culturais” de segurança pública.

Os partidos políticos de direita, em sua maioria, parte da premissa de que o comportamento criminoso ou violento é derivado da ação racional dos indivíduos e seu controle depende basicamente da repressão. Os partidos de centro-direita têm flexibilizado, em certa medida, a naturalização do comportamento criminoso e violento e incorporado os processo de sociabilização e as características ambientais como fatores explicativos da dinâmica criminal. Portanto, propõem a combinação de políticas dissuasórias com investimento em reestruturação do meio ambiente urbano.

Os partidos de esquerda partem da premissa de que comportamento criminoso ou violento é derivado da estrutura social. Portanto, somente por meio de políticas sociais o crime será controlado. Os partidos de centro-esquerda introduz uma dimensão cultural nos fatores correlacionados a dinâmica criminal. O investimento nas políticas sociais deve vir acompanhado em investimento em políticas culturais que favoreçam a disseminação de uma cultura de paz.

Muitas dessas abordagens teóricas foram revistas com a incorporação de elementos de outras abordagens. O problema do crime e da violência envolve várias dimensões e muitos fatores. Sendo improvável que uma só dimensão dê conta de todos os aspectos da questão. A busca de construção de modelos teóricos visa destacar alguns fatores que apresentam maior poder explicativo, sem a intenção de esgotar todas as possibilidades do fenômeno. O importante aqui é a constatação de que diferentes pontos de partida teóricos resultam em diferentes desenhos de políticas públicas.

Hoje, estão em curso no Brasil inovações de políticas de segurança no sentido de aumentar a interação entre polícia e comunidade com a introdução da polícia comunitária. Este tipo de política de segurança tem como pressuposto teórico que o funcionamento das instituições de segurança sofre influência do ambiente ecológico e do capital social, dois elementos presentes na teoria ecológica. Muito se discute sobre a associação entre exclusão social e crime, ou seja, políticas repressivas são suficientes para o controle do crime ou somente um processo de distribuição de renda fará que a sociedade brasileira seja mais pacífica? Políticas educacionais universais diminuirão o crime ou basta aplicar penas mais duras para inibir indivíduos com algum tipo de propensão à violência?

Efeito do perfil do governo no homicídio

A hipótese central, do trabalho, é que a dinâmica criminal está relacionada com o perfil da política pública empregada para controlar a atividade antissocial. Parte-se da premissa que existe uma teia complexa de relação que vincula pequenos atos de incivildades aos crimes mais graves, tais como homicídios, roubos, sequestros, estupros, entre outros. As conexões entre certos comportamentos individuais à concentração da dinâmica criminal podem ser creditas tanto a processos cognitivos do tipo “*janelas quebradas*” ou quanto racionais relacionados à diminuição dos custos da oportunidade. Nesse sentido, a hipótese a ser testada relaciona-se a estabilidade da dinâmica criminal:

Hipótese 1: Espaço socio-geográfico com altas taxas de atividade antissocial tende apresentar estabilidade na dinâmica criminal independente das suas transformações sociais e econômicas.

No entanto, a despeito da estabilidade da dinâmica criminal, diferentes perfis de políticas públicas diminuem ou favorecem a presença de atividade antissocial. A formulação das políticas

públicas de controle do crime é vista, na perspectiva adotada neste texto, como um processo orientado pela influência de um conjunto de ideias que organiza a maneira pela qual os problemas e as soluções são vistos em uma determinada arena política. O poder executivo estadual, responsável constitucional pelas políticas de segurança coletiva, ocupa posição central nesse domínio político. Assim, o perfil do partido político do governo apresenta uma grande prevalência do tipo de política que será adotada para quebrar os mecanismos causais que ligam o pequeno delito ao crime mais graves.

Partidos políticos localizados na direita do espectro ideológico tendem a privilegiar o investimento direto nas políticas de segurança em quando que os partidos localizados na esquerda adotam políticas sociais como forma de controlar o crime. Ainda não temos evidências sobre o grau de eficiência de uma estratégia ou outra. Sendo assim, a hipótese que liga o tipo de política pública de segurança à dinâmica da violência apresenta um caráter exploratório.

Hipótese 2: Diferentes perfis de políticas públicas apresentam impacto distinto na desestruturam dos mecanismos causais que vinculam as atividades antissociais aos crimes mais graves , independente da dinâmica criminal do lugar.

Além do desenho da política de segurança pública apresentar impacto relevante para o controle da atividade antissocial, a atenção do governo estadual para a questão também está correlacionada com a questão. Os governos de esquerda podem investir maciçamente no sistema de segurança pública, mesmo que apresentem plataforma voltada prioritariamente para questões sociais. Em polo oposto, os governos de direita podem investir pouco no sistema de segurança pública, mesmo que tenham sido eleitos com o discurso de valorização das forças policiais. Nesse sentido, podemos formular a seguinte hipótese complementar:

Hipótese 3: O investimento no sistema de segurança aumenta a eficiência das políticas públicas de controle do comportamento antissocial, independente do perfil do governo.

Muitos aspectos das políticas públicas são inerentemente dinâmicos, a literatura em ciências sociais apenas recentemente tem tentado capturar esse fenômeno (Wawro, 2002). Os modelos dinâmicos de regressão são extremamente úteis para lidar como problemas como os apresentados neste trabalho. As bases de dados que levam em conta a dinâmica prévia permitem ao pesquisador analisar relações de causalidade mais profundamente já que provém a oportunidade de examinar a variação dentro das unidades geográficas e entre elas, assim como controlar pelos efeitos de fatores não observáveis. A concentração de dinâmica criminal em certo espaço envolve fatores sociais, políticos, econômicos, entre outros.

A característica multifatorial das causas do crime é destacada em todos os trabalhos sobre o tema. Portanto, é impossível desconsiderar a importância dos fatores não observáveis em qualquer

tipo de pesquisa cujo foco principal direciona-se a desvendar os determinantes do comportamento antissocial. Os estudos de casos tendem a descrever a dinâmica criminal no tempo e correlacionar sua evolução a uma ordem de fator específico, desprezando que as relações de causalidade não são automaticamente transferíveis para os demais ambientes sociais.

Os trabalhos do tipo *corte transversal*, nos quais os modelos teóricos são confrontados com evidências empíricas de diversas unidades geográficas reduz parcialmente os problemas de viés dos dados, mas ignora uma das principais características da dinâmica criminal, o efeito do comportamento passado no presente. A estabilidade da atividade criminal pode estar relacionada aos aspectos estruturais ou inerciais. Em suma, a utilização de evidência estática tende a ser enviesada, não somente impedindo a verificação do efeito dos diversos tipos de políticas públicas executadas para controlar o crime como também, dimensionamento do real impacto das estruturas sociais na atividade antissocial. A hipótese 1 foi testada por meio de um modelo de regressão dinâmico painel:

$$(1) \quad \text{hom}_{it} = \alpha + \alpha \text{hom}_{t-1} + \beta \text{GINI}_{it} + \beta \text{pib}_{it} + \beta \text{renda}_{it} + \beta \text{sem_esg}_{it} + \beta \text{pop}_{it} + \epsilon_{it}, \quad i = 1, \dots, N; \quad t = 1, \dots, T \quad \text{onde } \epsilon_{it} = \alpha + \mu_{it}$$

A variável dependente do modelo de regressão é a taxa de homicídios por cem mil habitantes, nos 26 estados brasileiros, entre os anos de 1983 e 2010 (hom_{it}). Os dados sobre morte por agressão foram recolhidos junto ao Datasus (Ministério da Saúde) e foram selecionados como variáveis substitutas (*proxis*) da dinâmica criminal, por ser pouco sujeito a cifras ocultas.

A escolha dos estados federativos deve-se pela sua função constitucional de prover as políticas públicas de segurança coletiva. O índice de desigualdade de social (GINI_{it}) foi coletado na base de dados Ipeadata (IPEA, 2012). Valores positivos e significativos de vetor βGINI_{it} indicam que o aumento da desigualdade entre pobres e ricos explica a presença de altas taxas de crime, independente do perfil criminal prévio do estado. O logaritmo natural produto interno bruto indica o nível de atividade econômica do estado i no tempo t . Espaços sócio-geográficos com grande potencial econômico tendem a produzir maiores incentivos individuais aos crimes economicamente motivados. No entanto, macrosocialmente, estes locais tendencialmente apresentam maiores condições de controlar as atividades antissociais ou mais oportunidade para os indivíduos satisfazerem suas necessidades sem recorrer às atividades criminais. Como se assume que existe uma interação complexa entre decisão individual e estrutura social e não relação de causalidade. o vetor βpib_{it} aparece como controle para a taxa de atividade criminal sem efeito causal esperado teoricamente.

Se o produto interno indica o volume potencial de atividade econômica, a renda familiar indica o nível de apropriação potencial dos indivíduos aos recursos produzidos do estado i no tempo t . Espera-se, teoricamente, que as altas taxas de renda familiar estejam negativamente associadas à presença de atividade antissocial, independente da dinâmica criminal prévia. Além da

atividade econômica, as taxas de atividade criminal são confrontadas como o nível de organização física do estado. Recolhidos junto à base de dados Ipeadata (Ipea, 2012), a taxa média de moradia sem esgoto descreve a condição de vida da população. Quanto maior a capacidade do poder executivo público transformar seus recursos públicos em benefício da população, menores as taxas de crime. Entre outros pontos, quando controlado pelos demais atributos macroeconômicos, estados com baixos índices de tratamento de esgoto indicam ineficiência administrativa. Correlaciona-se, assim, positivamente com as taxas de homicídios.

Como descrito anteriormente, o principal objetivo do trabalho é analisar a influência do perfil de governo estadual na dinâmica criminal. A hipótese 2 será testada segundo a seguinte estrutura:

$$(2) \quad \text{Hom}_{it} = \alpha + \alpha \text{hom}_{t-1} + \beta \text{ES}_{it} + \beta \text{cd}_{it} + \beta \text{ce}_{it} + \beta \text{e}_{it} + \varepsilon_{it}, i = 1, \dots, N; t = 1, \dots, T$$

onde $\varepsilon_{it} = \alpha + u_{it}$

A variável dependente permanece similar ao modelo de regressão anterior. O vetor αhom_{t-1} , representa a dinâmica criminal no tempo $t-1$ um ano. Já βES_{it} representa matrix de controle sócio-estruturais discutida no modelo anterior. Utilizou-se como variável substituta para representar o campo ideacional que referencia o processo de formulação e execução de políticas públicas de controle do crime e a violência, o perfil partidário do governador do momento. Não obstante a discussão sobre a consistência ideológica do nosso sistema partidário, pesquisas anteriores demonstram que as transições na dimensão direita-esquerda na chefia do executivo municipal, estadual e federal representaram fortes transformações nas políticas públicas. Nunes de Oliveira (2012) observa que pequenas variações nos discursos dos governadores de São Paulo tiveram um expressivo impacto na condução das políticas de segurança em São Paulo. Carneiro (2010) chega aos mesmos resultados em relação ao Rio de Janeiro. Marques, Gonçalves e Saraiva (2005) reúnem evidências que comprovam que as políticas de investimentos em obras são fortemente condicionadas pela rede de interações pessoais dos operadores do sistema público municipal. Ribeiro (2006) apresentam evidências empíricas que atestam que o perfil de investimento em políticas sociais está correlacionado com o perfil ideológico do partido que controla o executivo municipal. Em suma, a produção acadêmica recente aponta a consistência entre perfil ideológico do partido e as políticas públicas.

Os governadores foram classificados em cinco categorias diferentes de acordo com o partido político no qual foi filiado na maior parte de seu mandato, independente dos partidos que compunham a base de governo. Os governadores do PDS, PFL, PP, PPB, PPR, PRS, PSC, PSL, PTB e PTR foram classificados de direita. Os governadores do PMDB foram classificados de centro-direita. A centro-esquerda é composta pelos governadores do PSDB. E como esquerda

foram classificados os governadores do PDT, PPS, PSB e PT. Os outros partidos não tiveram governadores eleitos durante o período analisado.

Teoricamente, espera-se que o projeto político dos governadores de direita tenha como base o investimento maciço no sistema público de segurança em detrimento dos investimentos em questões urbanas, sociais e ambientais com o enfoque exclusivo no controle do comportamento antissocial. Em consonância com os projetos políticos derivados das teorias racionalistas, os governadores conservadores parte da premissa de que mais policiais, mais armas e leis mais rigorosas apresentariam um efeito dissuasório e incapacitante. No polo oposto, a agenda de políticas públicas dos governadores mais a esquerda considera que as questões da violência e do crime estão relacionadas aos problemas macrosociais, principalmente, no que tange a distribuição desigual dos recursos econômicos: mais escolas e mais políticas sociais reduziram os incentivos à carreira criminal. Em tese, no centro de espectro ideológico, encontram-se os governadores identificados com as políticas públicas derivadas das teorias ecológicas, que consideram que o meio ambiente urbano fornece o campo simbólico onde as decisões racionais são tomadas. Tanto o investimento exclusivo no sistema de segurança pública quanto no sistema de assistência social tenderiam a ser eficazes na resolução das altas taxas da atividade criminal. Ou seja, os esforços deveriam ser direcionados para a combinação de políticas do poder público nas áreas degradadas.

No entanto, não há evidências empíricas que atestem a correlação entre o perfil ideológico do governo e investimentos na área no sistema de segurança. Portanto, para testar a hipótese da interação entre perfil do governo e atenção ao sistema de segurança, em (2) foi acrescentado um indicador de investimento em segurança pública (ind_seg_{it}), conforme especificado em (3):

$$(3) \quad Hom_{it} = \alpha + \alpha hom_{t-1} + \beta ES_{it} + \beta cd_{it} + \beta ce_{it} + \beta e_{it} + \beta ind_seg_{it} + \varepsilon_{it}, \quad i = 1, \dots, N; \quad t = 1, \dots, T$$

onde $\varepsilon_{it} = \alpha + u_{it}$

Foi criado um indicador sintético para captar o grau de comprometimento dos recursos públicos estatais com o sistema de segurança. Os dados sobre investimento bruto em segurança pública e sobre investimento no sistema de educação fundamental foram recolhidos na base de dados do Ipeada (IPEA, 2012). O índice de segurança consiste na ponderação dos recursos alocados em segurança pelos recursos alocados em educação.

Dados e estatísticas descritivas

A base de dados do NUPPs-Segurança contém informações sociais, econômicas e políticas, entre de 1983 e 2010, para todos os estados brasileiros mais o Distrito Federal, totalizando 750 linhas. A taxa de homicídios varia de 3,25, no Piauí, em 1985, até 66,85, em Alagoas, em 2010. Piauí, com 6,68 de média e desvio-padrão de 3,14 de taxa de homicídio e Santa Catarina, com média

de 8,56 e desvio-padrão de 1,59 são os estados mais pacíficos do período. Rio de Janeiro, com média de 44,83 e desvio-padrão de 12,03 de taxa de homicídio e Pernambuco, média de 44,49 e desvio-padrão de 9,17 são os estados com os maiores índices de violência da amostra.

Quando se analisa a evolução da taxa de homicídio no Brasil, consta-se que o problema se agrava consistentemente entre 1983 e 1988. A taxa de homicídio no país aumenta consistentemente na ordem de 9% ano, passa por um leve refluxo entre 1989 e 1993, com a queda média 1% e volta subir quase que monotonicamente desde então, com o crescimento médio anual de 4%.

No entanto, é marcante a diferença do comportamento da dinâmica criminal de um estado para outro. Enquanto o Rio de Janeiro apresentou um forte aumento das taxas de homicídio entre 1983 e 2002, com aumento anual médio de 4% ao ano, passa por uma tendência de queda anual de 10% desde então, a Bahia apresenta o incremento médio anual de 3% nas taxas de homicídio até 1999 e a partir a taxa de crescimento anual sobe para 14%. O que explica padrões tão diferentes do comportamento das taxas de homicídio entre os estados brasileiros?

A literatura tem apontado alguns fatores como responsáveis pela dinâmica criminal. Entre eles, a desigualdade socioeconômica da população. O Brasil é um país reconhecidamente injusto. O índice de GINI do País figura entre os mais altos do mundo. No entanto, as desigualdades estão distribuídas de maneira pouco linear entre os estados brasileiros. Enquanto em Roraima, o índice de GINI variou de 0,39 a 0,54 no período estudado, configurando o estado onde os recursos sociais são mais equanimemente distribuídos, no Piauí, o índice de GINI variou de 0,54 a 0,66,8.

Outro fator recorrentemente elencado como correlacionado com a variação das taxas de homicídio é a renda familiar da população. Piauí com a renda familiar média de 134 reais, em 1983, aparece com a pior situação econômica na amostra e o Distrito Federal com a renda média per capita de R\$ 14.860, em 2010, é a melhor situação econômica. O saneamento básico, indicador de organização física e social, não está perfeitamente correlacionado com a renda média da população e com o volume de recurso do estado. Estados com alta renda, como o Paraná apresentava cerca de 30% de sua moradia sem coleta estruturada de esgoto, em 2010. Já o Sergipe, com muito menos recursos sociais disponíveis, mais de 85% das moradias possuía saneamento básico em 2010. Por fim, o grau de investimento em segurança pública varia de 0,1, no Ceará, em 1996, onde para cada real investido em educação 10 centavos foram alocados no sistema de educação, até 1,78, em Roraima, em 1998, onde os gastos em segurança superaram em educação em 44%. Conforme pode ser visto na tabela 5, no anexo, não existe correlação acima de 0,8.

Tabela 1: estatísticas descritivas					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
	7	3,	66	22	
tax_hom	50	25	,85	,51	13,16

	7	0,	0,	0,	
GINI	47	39	67	56	0,04
	7	0,	0,	0,	
sem_esg	48	01	99	46	0,23
	7	1.	14	49	
renda	47	347	.680	8,65	2147,30
	7	0,	1,	0,	
ind_seg	56	10	78	42	0,20
	7	6,	37	33	
PIB ¹	56	38	3,77	,48	56,67
Fonte: NUPPs, 2012					
¹ Milhões de dólares					

Análise dos Resultados

Os resultados empíricos demonstram uma associação entre a dinâmica criminal prévia e atual. Na tabela 3, podemos ver a comparação de três estratégias analíticas distintas. Na primeira linha, são exibidos os resultados de modelo de regressão linear robusto, normalmente, utilizado para compreender os determinantes do crime e da violência no Brasil. Se levarmos em conta somente o efeito das variáveis estruturais na taxa de homicídio, sem considerarmos as características inerentes do estado e nem o contexto geral do país no período, que é possível de ser captado somente por meio dos modelos de regressão para dados em painel, a renda familiar média da população tem um efeito positivo e significativo na taxa de homicídio, embora residual. A variação da renda explica cerca de 2% da variação no nível de violência do estado.

Diferente do que foi constatado por outras pesquisas (Mendonça, Loureiro e Sachsidá, 2002), aqui não foi possível verificar o efeito da desigualdade socioeconômica na dinâmica criminal. O coeficiente de GINI não está associado estatisticamente à taxa de homicídio do estado. Já o nível de organização urbana, mensurado pela porcentagem de moradia sem sistema de tratamento de esgoto adequado (sem_esg), apresenta um forte impacto na dinâmica criminal. A cada variação positiva de 1% na quantidade de moradia com esgoto regular temos a variação de 3,4% taxa de homicídio. Quanto ao nível de atividade econômica do estado, mensurado pelo logaritmo natural do produto interno produto, o impacto é significativo e negativo na dinâmica criminal. Cada variação de um ponto percentual do PIB está associada em 0,90 pontos percentuais de variação da taxa de homicídio. Pesquisas similares (Beato e Reis, 2000), também, verificaram a associação entre o nível da atividade econômica e concentração de crime. Por exemplo, o teste VIF foi de 1,64, indicando a inexistência de colinearidade no modelo linear. No entanto, o teste de Breusch-Pagan ($\text{Chi}^2 = 2,42$) indicou a presença de heterocedasticidade. Portanto a estimativa por OLS não fornece parâmetros preciso para a taxa de homicídio.

Uma alternativa para lidar com o problema de heterocedasticidade é a utilização de um modelo de regressão para dados em painel. O teste de Lagranger ($\text{Chi}^2 = 3757,68^{***}$) indicou a adequação dos modelos de efeito aleatório quando comparado com a alternativa de modelo de regressão de efeito fixo para dados em painel. Quando se leva em conta o efeito do contexto temporal e as especificidades dos estados, a variável renda familiar média não apresenta efeito significativo na dinâmica criminal. Como já mencionado, a desigualdade econômica permanece com nulo direito na taxa de homicídio, embora ajuste o efeito das demais variáveis socio-estruturais. O impacto do nível de desordem física na dinâmica criminal é ainda mais relevante, quando se incrementa a qualidade da especificação do modelo de regressão. Para cada variação de um ponto percentual de moradia sem tratamento de esgoto adequado encontramos um incremento de 5,0% na taxa de homicídio.

O volume de atividade econômica, também, apresenta um impacto mais pronunciado quando leva em conta o efeito tanto dos aspectos peculiares de cada estado quanto do contexto temporal. No entanto, diferente do que foi encontrado no modelo de regressão linear, existe uma covariância positiva entre a taxa de homicídio e o produto interno bruto do estado. O modelo de regressão de dados em painel prediz que a variação de um desvio padrão do PIB está associada com o aumento de 2,13 pontos na taxa de homicídio. Não obstante, o modelo de painel de efeito aleatório se ajusta mais adequadamente à estrutura dos dados e aos construtos teóricos. O teste de Durbin-Watson indicou a presença de autocorrelação que limita a qualidade dos coeficientes dos modelos de regressão para dados em painel ($\text{Chi}^2 = 0,80$). Wawro (2002) demonstra que para esses casos, a utilização de modelos dinâmicos, que leva o efeito das taxas prévias de homicídios, é o mais recomendado.

Quando se leva em conta a dinâmica da taxa de homicídio no ano anterior, o único fator socio-estrutural que continua a ser significativo é o tamanho do produto interno bruto do estado. A taxa de homicídio no ano explica cerca de 10% da taxa do ano seguinte, independente dos demais fatores socio-estruturais. Quanto ao volume de atividade renda familiar. A variação da renda explica cerca de 1% da variação no nível de violência do estado.

Tabela 2: modelo estrutural de regressão para taxa de homicídio nos estados brasileiros entre 1983 e 2010¹

	OLS	Painel Estático	Painel Dinâmico
lag 1			0,89*** (49,05)
Renda	0,02*** (-6,64)	-0,01 (-0,41)	0,01** (-0,03)
Gini	-2,92 (-0,29)	-6,08 (-0,71)	1,07 (0,47)
sem_esg	7,83*** (-3,35)	6,14** (-2,73)	-0,38 (-0,38)

Lpib	-0,96* (-2,35)	4,83*** (-4,76)	-0,47 (-0,71)
N	747	747	721
* p<0,10 **p<0,05*** p<0,001			

Fonte: NUPPs, 2012

Nota 1: entre parêntese, teste de significância do coeficiente.

A tabela 4 apresenta o impacto das variáveis do perfil político do governador (modelo político) e do investimento em segurança pública (modelo técnico) e a interação entre perfil político de governador e investimento no sistema de segurança (modelo completo) na taxa de homicídio. Como já foi demonstrada a consistência do modelo dinâmico para dados em painel, quando comparado estratégias metodológicas alternativas, a análise se limitará ao modelo dinâmico para dados em painel.

Na primeira coluna da tabela 4, encontram-se os resultados que leva em conta o perfil do governo na taxa de homicídio. A variação de um desvio padrão da taxa de homicídio do ano anterior explica a variação de 1,28 desvios padrão do ano posterior. Comparado com o último modelo de regressão dinâmico para dados em painel analisado na tabela 3, os resultados sugerem que o governo estadual responde por 12% das transformações da dinâmica da violência.

O nível de atividade econômica do estado perde significância estatística quando considerado o perfil do governo. O governo de referência do modelo é de direita, geralmente identificado com a política pública mais repressiva do que os outros perfis ideológicos. Os governos estaduais controlados por partidos de centro-direita são responsáveis por taxas de homicídio 10,2% maiores do que governos de direita. No entanto, não foi possível verificar se a diferença é estatisticamente significativa. Já os governos estaduais controlados por partidos de centro-esquerda apresentam taxas de 13,1% maiores. A diferença entre os partidos de direitas e centro-esquerda é significativa. Apesar de não ser encontrada significância estatística, a presença de partidos de esquerda no governo central tende a agravar as taxas de homicídio em torno de 7%. A única variável socio-estrutural que apresenta relevância é a desigualdade. Para cada desvio padrão de variação positiva do índice de GINI espera-se um incremento de 4,59 pontos na taxa de homicídio.

O modelo técnico relaciona a dinâmica do homicídio com o grau de alocação de recursos financeiros no sistema de segurança pública. O índice de segurança (ind_seg) descreve a relação do dinheiro investido no sistema de educacional e de segurança. O investimento no sistema público de segurança apresenta um forte impacto na dinâmica criminal mesmo quando controlado por fatores sociais e econômicos conjunturais ou estruturais. Cada desvio padrão positivo no índice de segurança está associado a um decréscimo de 2,10 pontos na taxa de homicídio. A desigualdade social no estado permanece fortemente correlacionada à taxa de homicídio, mesmo quando se leva em conta o investimento no sistema de segurança, o aumento de um desvio padrão no índice de GINI leva o incremento de 6,74 pontos na taxa de homicídio. Por fim, o modelo técnico confirma

a importância do perfil do governo, já que aumenta em 12% a importância da dinâmica prévia do homicídio, quando não se considera o efeito do partido político que controla o governo executivo estadual.

O modelo completo, apresentado na última coluna da tabela 4, capta o efeito da interação entre a dinâmica prévia do homicídio, fatores estruturais e conjunturais das unidades geográficas, o perfil partidário do governo executivo estadual e o volume de investimento no sistema de segurança pública. O volume de homicídio de um ano explica 20% da taxa de homicídio. A variação de um desvio padrão no índice de desigualdade de GINI implica o incremento de 3,8 pontos na taxa de homicídio.

Quando se considera o volume de investimento no sistema de segurança pública, não é possível afirmar que as diferenças ideológicas dos partidos políticos do governador são estatisticamente significativas. Além da desigualdade social e da taxa de homicídio do ano anterior, somente o volume de investimento em segurança pública é relevante para compreender a dinâmica criminal. Esses resultados indicam que a variação da taxa de homicídio dos estados brasileiro relaciona-se quase que exclusivamente ao nível de atenção do governo estadual ao sistema de segurança. Governadores com maiores investimento na área de segurança logram resultados positivos, independente do sua postura ideológica. Investimentos em outras dimensões da vida social apresentam valor em si, mas apresentam impacto residual no controle dos mecanismos causais que ligam o comportamento antissocial ao crime. As teses que propagam que as tentativas de reestruturação do sistema policial e judiciário são inoperantes não encontram respaldo quando confrontadas com dados empíricos.

Tabela 3: modelos completos de regressão para taxa de homicídio nos estados brasileiros entre 1983 e 2010

	Painel Político	Painel Técnico	Painel Completo
lag 1	0,78*** (10,33)	0,86*** (-28,69)	0,82*** (-28,69)
renda	-0,02 (-0,40)	0,01 (-1,63)	0,01 (-0,97)
gini	13,23* (1,72)	19,43* (2,47)	10,96** (-2,74)
sem_esg	-4,46 (-1,61)	-3,96 (-1,69)	-1,57 (-0,61)
lpib	3,50 (1,34)	1,96 (1,07)	0,46 (-0,21)
centro-direita	1,86 (1,71)	--	0,58 (-1,83)
centro-esquerda	2,35* (2,54)	--	0,03 (-0,02)
esquerda	1,24 (0,82)	--	1,38 (-0,78)
ind_seg	--	-6,05***	-6,69***

		(4,59)	(6,58)
N	617	617	617
* p<0,10 **p<0,05*** p<0,001			
Fonte: NUPPs, 2012			

Nota 1: entre parêntese, teste de significância do coeficiente.

Considerações Finais

Este trabalho apresenta os primeiros resultados de uma agenda de pesquisa que busca compreender o impacto do regime democrático no provimento das políticas públicas no Brasil. Transcorrido mais de 25 anos de experiência democrática, pouco sabemos sobre como as sucessivas transferências de poder reverberam na qualidade dos serviços prestados pelo poder público. Será que a qualidade do serviço prestado é uma dos pontos considerados pelo eleitor na hora de decidir seus governantes? Ou a decisão relaciona-se a dimensões intangíveis, tais como sociabilização ou carisma pessoal dos candidatos? Existe estabilidade das políticas que lograram resultados positivos ou cada governo promovem inexoravelmente transformações nas políticas públicas? Essas são algumas questões que o projeto de pesquisa desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas se propôs a enfrentar.

Na área de provimento de políticas públicas de segurança, o impacto do perfil da estrutura governamental no controle da atividade criminal é ainda mais nebuloso. Como foi discutido, a nossa tradição de estudos de segurança pública tem dado pouco atenção aos aspectos institucionais internos às forças policiais e externos ao sistema de segurança pública. Os poucos trabalhos existentes têm apontado que o governo estadual é fortemente responsável pela dinâmica criminal. No entanto, até onde o autor tenha conhecimento, não há pesquisas que comparem os diferentes governos estaduais no controle do crime. Outra lacuna significativa nos estudos de segurança pública relaciona-se as estratégias metodológicas empregadas na área. Grande parte das pesquisas recorre a estudos de caso ou etnografias. A pequena parte da produção que se dedica a estudos comparados, ainda, não se dedicou analisar com base em dados em painel os determinantes das taxas de violência. Este artigo tem o objetivo de contribuir para a alteração de tal quadro.

Os dados reunidos neste trabalho indicam que a interação entre perfil do governo e o investimento em política pública de segurança podem logram resultados positivos. Governos com maior atenção ao sistema de segurança pública podem diminuir significativamente as taxas de homicídio. Não se defende aqui, a sobreposição de investimento em segurança em detrimento dos investimentos em políticas sociais, urbanas e educacionais. Pesquisas realizadas atestam que a desorganização social e física está na base do aumento do crime e da violência (Sampson, Morenoff e Gannon-Rowly, 2002). A capacidade das comunidades de envolver com assuntos públicos também é reconhecidamente um fator importante no controle da atividade criminal (Reisig e Parks,

2000). O risco de vitimização por morte violenta está fortemente correlacionado com o nível de renda e de escolaridade das pessoas (Andrade e Lisboa, 2000). Em suma, são inúmeras as evidências que ligam os fatores socio-estruturais ao crime e a violência. No entanto, estes fatores possivelmente estão mais relacionados ao nível de concentração espacial ou social da atividade criminal do que sua dinâmica temporal. Nesse ponto, governos fazem a diferença. Instituições democráticas, governos focados, políticas acertadas tendem a minorar o enorme problema criminal que o Brasil enfrenta.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE e LISBOA (2000), *Desesperança de Vida: Homicídios em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: 1981 a 1997*, Ensaios Econômicos da EPGE, 383,
- BEATO, C. C. e REIS, I. A. (2000), *Desigualdade, Desenvolvimento Socioeconômico e Crime*, in R. Henriques (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA.
- BEATO, PEIXOTO e ANDRADE (2004), *Crime, Oportunidade e Vitimização*, RBCS Vol, 19, nº, 55, junho,
- BECKER, H. (1969) *Crime and Punishment: an economic approach*, Journal of Political Economy
- CANO, I, e SANTOS, N, (2001) *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*, 7 Letras, Rio de Janeiro.
- CARNEIRO, L. P. (2010). *Mudança de guarda: as agendas da segurança pública no Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 4, p. 48-70.
- COLEMAN, (1990), *“Foundations of Social Theory”*, Harvard edition,
- EHRlich, I (1973), Participation in illegitimate activities: a theoretical and empirical investigation, *Journal of Political Economy*, v, 81,
- GENIYES e SMYRL (2008), *Elites, Ideas, and the Evolution of Public Policy*, Palgrave Macmillan, Hampshire, England,
- GUJARATI, D, (2000), *Econometria básica*, São Paulo: Makron Books,
- HENRY, S. e EINSTADTER, W. (1998) *The Criminology Theory Reader*. New York. New York Press.
- MARQUES e TORRES (2005) *Pobreza e Distribuição Espacial de Grupos Sociais na Metrópole de São Paulo*, Cadernos Adenauer, n, 6.
- MENDONÇA, M. J. C; LOUREIRO, P. R. A.; SACHSIDA, A. (2002). *Criminalidade e Desigualdade Social no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, (Texto para Discussão 967)
- MUSUMECI e SOARES (2003) *Base Nacional de Estatísticas Criminais – Análise e Avaliação*, Relatório de Consultoria para Secretaria Nacional de Segurança Pública, acessado na internet no endereço eletrônico: <http://www.mj.gov.br> em fevereiro 2004,
- NUNES de OLIVEIRA, E (2009) *Crime e Pobreza: um estudo sobre a relação entre o crime e A desigualdade social no Brasil*, Mimeo, texto apresentado no Congresso da LASA em julho de 2009,
- NUNES de OLIVEIRA, E. (2012). *Políticas públicas e estratégias de controle da ação letal das instituições policiais em São Paulo*. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, p. 28-40.
- OLSEN, O., CARNEIRO, L., CASTRO, P., CARVALHO, A, e YOUNG, C, (2004) *Desemprego, rendimentos e crime: um estudo no município de São Paulo*, Em Kahn, T, *Manual de Estudos Criminológicos*, Acessado na internet no endereço: <http://www.ssp.sp.gov.br/estatisticas>
- Politics, VOL 2,
- REISIG, M, e PARKS, R, (2000) *Experience, Quality of Life, and Neighborhood Context: A Hierarchical Analysis of Satisfaction with Police*, Justice Quarterly vol, 17 n, 3, September,

- SAMPSON, MORENOFF and GANNON-ROWLY (2002), *Assessing "Neighborhood Effect": Social Process and New Directions in Research*, Annual Review of Sociology, Acessado na internet no endereço: <http://soc.annualreviews.org>
- SOARES, G, (2008), *Não matará: desenvolvimento, desigualdade e homicídios*, Rio de Janeiro, FVG.
- STARK R. (1998) *Deviant Place: a theory of the ecology of crime*. Henry, S. e Einstadter, W. In: *The Criminology Theory Reader*. New York. New York Press.
- TEACHMAN, PAASCH E CARVER (1997) *Social Capital and Generation of Human Capital*, Social Force Vol 75 number 4
- THORNBERRY, W, (1987), "Toward an interactional theory of delinquency", *Criminology*, n, 25,
- WAWRO, G, (2002), *Estimating Dynamic Panel Data Models in Political Science*, Political, Analysis N, 10

Anexo

Tabela 5: correlações

	t	g	i	l	r	s	d	c	c	e
	ax_hom	ini	nd_seg	pib	enda	em_esg	ireita	entr~ta	entr~da	squerda
m	tax_ho									
	1									
	-	1								
	GINI	0,13	,00							
	-	-	1							
	ind_seg	0,07	0,07	,00						
	0	-	-	1						
	Lpib	,08	0,01	0,30	,00					
	0	-	-	0	1					
	Renda	,34	0,30	0,06	,38	,00				
	sem_es	0	-	-	0	0	1			
g	,28	0,25	0,09	,50	,68	,00				
	-	0	0	-	-	-	1			
	Direita	0,20	,06	,22	0,25	0,22	0,20	,00		
	centrod	-	0	-	0	0	-	-	1	
ire~a	0,15	,15	0,04	,15	,03	0,05	0,44	,00		
	centroe	0	-	-	0	0	-	-	-	1,
squ~a	,08	0,06	0,12	,26	,06	,21	0,24	0,30	00	
	Esquer	0	-	-	0	0	-	-	-	-
da	,30	0,08	0,06	,00	,05	,10	0,30	0,37	0,21	00

Fonte: NUPPs, 2012